

# *Superior Tribunal de Justiça*

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.493.811 - CE (2014/0287559-4)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**EMBARGANTE : FAZENDA AMWAY NUTRILITE DO BRASIL LTDA**  
**ADVOGADOS : LEONARDO LIMA CORDEIRO - SP221676**  
**IVAN HENRIQUE MORAES LIMA E OUTRO(S) - SP236578**  
**EMBARGADO : FAZENDA NACIONAL**  
**ADVOGADO : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL**

## **DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de embargos de declaração opostos por Fazenda Amway Nutrilite do Brasil Ltda. contra decisão que declarou prejudicado o exame do recurso especial em virtude da superveniente perda de objeto, tendo em vista o reconhecimento da incompetência da Justiça Federal para o julgamento do feito, determinando a remessa dele à Justiça estadual.

A embargante alega que a decisão impugnada está eivada de erro material quanto à apreciação do mérito do recurso referente ao depósito judicial.

Salienta que "a Ação Declaratória que teve declarada a incompetência da Justiça Federal e que originou o Agravo de Instrumento encontra-se suspensa exatamente aguardando o desfecho da matéria posta em xeque nos presentes Autos" (e-STJ, fl. 537).

Sem impugnação da parte embargada (e-STJ, fl. 551).

Examinados detidamente os aclaratórios, reconsidero a decisão embargada e passo proferir novar decisão.

Cuida-se de recurso especial interposto por Fazenda Amway Nutrilite do Brasil Ltda., com fundamento na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição da República, contra acórdão do TRF da 5ª Região ementado nestes termos (e-STJ, fls. 418/419):

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO. FAZENDA PÚBLICA. PRAZOS PROCESSUAIS PRIVILEGIADOS. CONTESTAÇÃO. PRAZO EM QUÁDRUPLO., ART. 241, II DO CPC. TEMPESTIVIDADE. MEDIDA CAUTELAR LIMINAR. CRÉDITO NÃO TRIBUTÁRIO INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE. ART. 151 DO CTN. POSSIBILIDADE. EXCLUSÃO DO CADIN. NECESSIDADE DO DEPÓSITO INTEGRAL DO VALOR DO DÉBITO. PRECLUSÃO TEMPORAL PARA SE DISCUTIR A INTEGRALIDADE DO DEPÓSITO. NÃO OCORRÊNCIA. LEVANTAMENTO PARCIAL DO DEPÓSITO. IMPOSSIBILIDADE. EXIBIÇÃO DO DEMONSTRATIVO DISCRIMINADO DO VALOR ATUALIZADO DA OBRIGAÇÃO. OBRIGATORIEDADE. AGRAVO DE INSTRUMENTO PARCIALMENTE PROVIDO.

# Superior Tribunal de Justiça

1. A Fazenda Pública possui prazo em quádruplo para contestar, a teor do disposto no art. 188 do Código de Processo Civil, o qual deverá ser contado a partir da juntada aos autos do respectivo mandado de citação devidamente cumprido.
2. Hipótese em que o mandado de citação foi juntado aos autos em 24.02.2012 (sexta-feira) e a contestação foi tempestivamente protocolizada em 20.04.2012, uma vez que o *dies ad quem* para tal ato processual era 26.04.2012.
3. Nos termos do art. 151, II do Código Tributário Nacional, ocorre a suspensão de exigibilidade de crédito tributário quando o devedor efetuar "o depósito do seu montante integral".
4. É cabível a suspensão da exigibilidade do crédito de natureza não tributária, inscrito em dívida ativa, quando o devedor efetuar depósito do valor integral da obrigação, com o propósito de discutir a sua legitimidade em juízo.
5. Não ocorrência da preclusão temporal para se discutir a integralidade do depósito efetuado pela agravante, uma vez que a expressão montante integral do crédito corresponde ao valor exigido pela Fazenda Pública, e não o reconhecido pelo sujeito passivo da obrigação.
6. É legítima a exigência da Fazenda Nacional em condicionar o cumprimento da medida cautelar ao depósito integral da obrigação discutida em juízo.
7. Manutenção do depósito pelos valores já realizados pela agravante, por constituir requisito indispensável para suspender a exigibilidade do crédito objeto da discussão, bem como para a respectiva exclusão do nome da agravante do CADIN.
8. Assiste razão à agravante em exigir a apresentação de demonstrativo discriminado do débito, com posição atualizada até maio de 2012, no valor que lhe foi cobrado pela agravada.
9. Agravo de instrumento parcialmente provido, apenas para determinar que a Fazenda Nacional apresente o demonstrativo com a discriminação da composição do débito exigido da agravante, atualizado até maio de 2012.

Os embargos de declaração foram rejeitados, nos termos da decisão de e-STJ, fls. 467/474.

A recorrente alega, nas razões do especial, contrariedade aos arts. 183, 240 e 242 do CPC/1973.

Sustenta que a contestação apresentada pela União é intempestiva, bem como a existência da preclusão temporal quanto à integralidade do depósito judicial efetivado pela parte insurgente.

Assevera que, "conforme inteligência dos Artigos 240 e 242 do Código de Processo Civil, por ter sido intimada pessoalmente, os prazos para a Recorrida se manifestar começaram a correr a partir da referida ciência" (e-STJ, fl. 501).

Foram apresentadas contrarrazões às e-STJ, fls. 509/513.

Argumenta, em suma, que "as intimações dos membros da AGU será feita pessoalmente, por força da Lei n. 9.028/95, nada se referindo a legislação acerca das citações que, por lógica, seguem o rito do CPC" (e-STJ, fl. 511).

# *Superior Tribunal de Justiça*

É o relatório.

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o Recurso Especial n. 1.632.497/SP, de relatoria do Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJe 26/5/2017, sob a sistemática do art. 543-C do CPC/1973, firmou a compreensão de que, "nos casos de intimação/citação realizadas por Correio, Oficial de Justiça, ou por Carta de Ordem, Precatória ou Rogatória, o prazo recursal inicia-se com a juntada aos autos do aviso de recebimento, do mandado cumprido, ou da juntada da carta". Eis a ementa do julgado:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO (ART. 543-C DO CPC/1973 E ART. 1.036 DO CPC/2015). INTIMAÇÃO POR OFICIAL DE JUSTIÇA, CARTA ROGATÓRIA, PRECATÓRIA, OU DE ORDEM. A DATA DA JUNTADA AOS AUTOS DO MANDADO OU DA CARTA ASSINALA O TERMO INICIAL DA FLUÊNCIA DO PRAZO RECURSAL. RECURSO ESPECIAL PROVIDO, CONFORME PARECER DO MPF.

1. O art. 241, II do CPC/1973 (art. 231, II do Código Fux, CPC/2015) preceitua que começa a correr o prazo quando a citação ou intimação for por oficial de justiça, da data da juntada aos autos do mandado cumprido

2. No caso presente, o acórdão recorrido (fls. 156/162) teria entendido que o prazo recursal teve início na data do cumprimento do mandado 12.1.2009 (fls. 147) e não da sua juntada ao processo 22.1.2009 (fls. 147), o que ocasionou o reconhecimento da intempestividade dos Declaratórios opostos no dia 2.2.2009.

3. Contudo, considerando que a parte recorrente tem prazo em dobro para a interposição de recursos, e o prazo recursal se inicia da juntada do mandado e não do seu cumprimento, os Embargos de Declaração, opostos no dia 2.2.2009, seriam tempestivos.

4. O Parecer do douto Ministério Público Federal é pelo provimento do Recurso Especial.

5. Recurso Especial provido para determinar o retorno dos autos ao Tribunal Regional Federal da 3a. Região para que aprecie os Embargos de Declaração de fls. 152/154.

6. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC/1973 (art. 1.036 do Código Fux, CPC/2015), fixando-se a tese: nos casos de intimação/citação realizadas por Correio, Oficial de Justiça, ou por Carta de Ordem, Precatória ou Rogatória, o prazo recursal inicia-se com a juntada aos autos do aviso de recebimento, do mandado cumprido, ou da juntada da carta.

(REsp 1.632.497/SP, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, CORTE ESPECIAL, julgado em 17/5/2017, DJe 26/5/2017)

No caso em comento, o Tribunal de origem reconheceu a tempestividade da contestação apresentada pela União, com base no seguinte (e-STJ, fl. 413):

Não prospera a alegação de intempestividade da contestação apresentada pela Fazenda Nacional, uma vez que há um manifesto equívoco na contagem do prazo por parte da agravante.

# Superior Tribunal de Justiça

A Fazenda Pública possui prazo privilegiado para a prática de determinados atos processuais, de forma que o prazo para contestar ser-lhe-á contado em quádruplo, nos termos do art. 188 do CPC.

Nos termos do art. 241, II do CPC, na citação ou intimação por oficial de justiça, o prazo começa a ser contado a partir da juntada aos autos do respectivo mandado devidamente cumprido, excluindo-se o primeiro dia e incluindo o último.

A análise dos autos demonstra que a Fazenda Nacional foi devidamente citada em 15.02.2012, sendo o respectivo mandado juntado aos autos em 24.02.2012 (sexta-feira), começando a contagem do prazo em 27.02.2012.

Considerando que a defesa da Fazenda Nacional foi protocolizada em 20.04.2012, não há que se falar em intempestividade, uma vez que o *dies ad quem* para tal ato processual era 26.04.2012.

Portanto, o entendimento apresentado pela Corte de origem - no sentido de estabelecer que, na citação realizada por oficial de justiça, o marco inicial para a contagem do prazo é a juntada aos autos do respectivo mandado - está em sintonia com a orientação dada pela Corte Especial no julgamento do recurso representativo da controvérsia (RESP 1.632.497/SP).

No que diz respeito à suposta preclusão temporal quanto ao depósito judicial, a recorrente, nas razões do especial, não indicou qual seria o dispositivo legal violado, o que atrai a incidência da Súmula 284 do STF.

Advirto, por outro lado, que o presente apelo se encontra fundamentado à luz do recurso representativo da controvérsia. Conforme pronunciamento da Primeira Seção do STJ, em questão de ordem julgada no AgRg no REsp 1.025.220/SP (de relatoria da Min. Eliana Calmon, DJe 20/4/2009), aos casos em que a parte se insurgir contra a tese de mérito desse recurso será aplicada a multa prevista no art. 557, § 2º, do CPC/1973.

Nesse sentido:

PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DO ART. 649, IV, DO CPC. RESSARCIMENTO DE PROVENTOS RECEBIDOS POR LIMINAR POSTERIORMENTE CASSADA. POSSIBILIDADE. MATÉRIA SOLVIDA SOB O REGIME DO ART. 543-C DO CPC. APLICAÇÃO DE MULTA. CABIMENTO.

1. A mera oposição de embargos declaratórios não é suficiente para cumprir o requisito do prequestionamento, sendo imperioso que o interessado, caso mantida a omissão, interponha o recurso especial com fundamento no art. 535, II, do CPC. Inteligência da Súmula 211/STJ.

2. Na espécie, o acórdão proferido na origem está em consonância com a orientação do Superior Tribunal de Justiça firmada no julgamento do REsp 1.401.560/MT, Rel. p/ acórdão Min. Ari Pargendler, submetido ao rito do art. 543-C do CPC, no sentido de que o servidor deve devolver os valores recebidos em virtude de decisão judicial precária, que venha a ser posteriormente revogada.

3. Em Questão de Ordem suscitada nos autos do AgRg no REsp

# *Superior Tribunal de Justiça*

1.025.220/RS, a Primeira Seção entendeu que deve ser aplicada a multa prevista no art. 557, § 2º, do CPC nos casos em que a parte se insurge quanto ao mérito de questão decidida em julgado submetido à sistemática do art. 543-C do CPC.

4. Agravo regimental a que se nega provimento, com aplicação de multa de 1% sobre o valor da causa, nos termos do art. 557, § 2º, do CPC.

(AgRg no REsp 1.365.066/RJ, de minha relatoria, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/8/2015, DJe 26/8/2015)

PROCESSO CIVIL. TRIBUTÁRIO. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO. CESSÃO DE CRÉDITO. POSSIBILIDADE. ENTENDIMENTO FIRMADO EM RECURSO REPETITIVO. RESP PARADIGMA 1.119.558/SC. SÚMULA 83/STJ. MULTA.

1. É possível a cessão de créditos decorrentes do empréstimo compulsório sobre energia elétrica, em razão da inexistência de vedação legal. Tese jurídica reafirmada no julgamento do REsp 1.119.558/SC, submetido ao regime do art. 543-C do CPC e Resolução 8/STJ. Súmula 83/STJ.

2. O STJ entende que deve ser aplicada a multa prevista no art. 557, § 2º, do CPC nos casos em que a parte insurgir-se quanto a tema já decidido em julgado submetido à sistemática do art. 543-C do CPC.

Agravo regimental improvido, com aplicação de multa.

(AgRg no REsp 1.506.701/PR, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 5/3/2015, DJe 11/3/2015)

Ante o exposto, acolho os embargos de declaração para reconsiderar a decisão de e-STJ, fls. 529/531 e, conseqüentemente, com fulcro no art. 932, IV, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, II, do RISTJ e a Súmula 568/STJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Ministro